ATA Nº 013/2026

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 012/2026

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, na Sala de Sessões Armando Biavatti, da Câmara Municipal de Vereadores de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul, havendo quórum regimental, com a presença de todos os vereadores, o Senhor Presidente, Vereador Cláudio Paulo Fortuna declarou aberta a décima segunda Sessão Ordinária. Inicialmente e de acordo com o regimento interno, a Ata da Sessão anterior foi submetida à discussão, sendo ela a **Ata nº 012/2026, referente à 11ª Sessão Ordinária, realizada no dia 7 de julho de 2026**. Não havendo quem dela discordasse, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade de votos. **No Expediente**, procedeu-se à leitura do Edital nº 03/2026, referente às contas anuais do Executivo Municipal do exercício de 2021, instruído com o parecer prévio nº 22.925, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado em 13 de agosto de 2024. O edital de disponibilização das contas, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Vereador Cláudio Paulo Fortuna, faz saber a quem interessar possa que se encontra à disposição para exame e apreciação pública o processo de contas do Executivo Municipal, contas anuais 000491-0200/21-4, referente ao exercício financeiro de 2021, instruído com o referido parecer prévio. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado permanecerá disponível para análise de qualquer interessado pelo prazo de trinta dias contados a partir da publicação do edital, junto à Secretaria do Poder Legislativo. Decorrido o prazo sem manifestação, o parecer prévio do TCE/RS será encaminhado à deliberação do Plenário da Câmara Municipal. Havendo manifestação, será concedido prazo de quinze dias para que os interessados apresentem suas razões e documentos, após o que o processo seguirá para apreciação legislativa em Plenário, nos termos do artigo 18, inciso III, da Lei Orgânica do Município. O edital foi assinado em 3 de julho de 2026 pelo Presidente da Câmara, Vereador Cláudio Paulo Fortuna, e registrado pelo Oficial Legislativo, Juliano de Mattos Salles. Passou-se à leitura das correspondências recebidas, entre elas o Ofício do Gabinete nº 149/2026, oriundo do Poder Executivo Municipal, subscrito pelo Prefeito Municipal, Senhor Márcio Caprini, encaminhando para apreciação e votação os Projetos de Lei nº 034/2026 e nº 035/2026. Em seguida, iniciou-se a Ordem do Dia. Procedeu-se à leitura do Projeto de Lei nº 034/2026, de 10 de julho de 2026, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que "*institui o Programa Municipal de Incentivo à Correção de Solo através do fornecimento subsidiado de calcário aos produtores rurais do município e dá outras providências*". O projeto institui o Programa Municipal de Incentivo à Correção de Solo, denominado ProCalcário, por meio do fornecimento de calcário espalhado na lavoura na quantidade de até 1.830 (mil oitocentas e trinta) toneladas anuais aos produtores rurais do município, observados os requisitos de credenciamento junto à Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente, limitado o benefício a dez toneladas por produtor e à correção de solo em até cinco hectares. Em discussão o referido projeto. Com a palavra, a Vereadora Sidnei, que cumprimentou o Presidente e os colegas vereadores, manifestou-se favoravelmente ao projeto, destacando ser o seu sonho a implantação do ProCalcário no município. Informou que foi a primeira a contribuir com recursos para o pagamento do calcário, por meio de emenda parlamentar. Espera que a distribuição do calcário seja feita com justiça, sempre visando os produtores mais carentes que não têm condição de fazer a correção de suas terras. Afirmou estar muito feliz e realizada, e que, se Deus quiser, até

setembro ou outubro, mais de quarenta produtores serão beneficiados com os recursos da emenda que trouxe. Devolveu a palavra ao Senhor Presidente. Continuando em discussão o referido projeto e não havendo quem dele discordasse, foi colocado em votação, sendo o **Projeto de Lei nº 034/2026 aprovado por unanimidade de votos**. Prosseguindo, foi feita a leitura do **Projeto de Lei nº 035/2026, de 10 de julho de 2026**, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que "**autoriza prorrogar até 31/12/2028 o termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sananduva, autorizado pela Lei Municipal nº 1.687/2025, de 14/03/2025, e dá outras providências**". O projeto tem por objetivo prorrogar o termo de fomento com repasse de subvenção social para a APAE de Sananduva, mantendo os serviços de atendimento às pessoas com necessidades especiais do município, com ênfase para o atendimento das necessidades pedagógicas, social e de saúde. Em discussão o referido projeto. Não havendo quem dele discordasse, **foi colocado em votação, sendo o Projeto de Lei nº 035/2026 aprovado por unanimidade de votos**. Dando continuidade, procedeu-se à leitura da Indicação nº 004/2026, de 21 de julho de 2026, de autoria do Vereador Aldacir Manfron, sugerindo que o Poder Executivo Municipal estude a viabilidade de promover a contratação de um profissional habilitado para elaboração dos estudos técnicos, projetos e demais procedimentos necessários ao licenciamento ambiental de uma área destinada ao descarte de materiais degradáveis, tais como sobras de móveis e mobílias, possibilitando a implantação de um local adequado para que a população realize o descarte desses resíduos de forma regular e ambientalmente correta. Em discussão a referida Indicação. Com a palavra, o Vereador autor, Aldacir Manfron, que cumprimentou o Presidente e os colegas vereadores, explicou que muitas pessoas pedem providências quanto ao descarte de móveis e mobílias, pois a população faz o descarte nas ruas, nos canteiros e locais inadequados. Esclareceu que não é competência do município arrecadar esses materiais, mas que apenas abrir uma vala ou arranjar um aterro não é suficiente, sendo necessário licenciamento ambiental adequado. Considerou que a população deve ser conscientizada de que o local se destina apenas a materiais degradáveis, não a plásticos, metais ou eletrônicos. Afirmou que a indicação visa atender a uma demanda da comunidade e contribuir para a preservação do meio ambiente, a saúde pública e a organização urbana. Pediu a aprovação dos colegas e devolveu a palavra ao Senhor Presidente. Continuando em discussão a referida Indicação e não havendo quem dela discordasse, foi colocada em votação, **sendo a Indicação nº 004/2026 aprovada por unanimidade de votos**. Na sequência, procedeu-se à leitura da Indicação nº 005/2026, de 21 de julho de 2026, de autoria do Vereador Aldacir Manfron, sugerindo que o Poder Executivo Municipal promova estudo técnico visando a adequação da sinalização de trânsito do entroncamento das Ruas Édimo Luiz Tonial e Antônio Luchese, nas proximidades da Unidade Básica de Saúde, com a devida definição e implantação de sinalização indicativa de via preferencial e demais dispositivos que se fizerem necessários. Em discussão a referida Indicação. Com a palavra, o Vereador autor, que relatou ter estado no posto de saúde e também em uma borracharia nas proximidades, observando que o trânsito no local é confuso. Explicou que quem desce a Rua Antônio Luchese, sentido hospital, e quem vem pela Rua Édimo Luiz Tonial não têm uma via preferencial definida. Sugeriu que a Secretaria competente estude a possibilidade de implantar um triângulo de sinalização em uma das ruas, ou definir como preferencial a rua de baixo, por onde transitam os caminhões e o desvio do município, proveniente da rodovia estadual. Destacou que atualmente não há sinalização alguma no local, de modo que todos os condutores consideram ter preferência. Mencionou ter presenciado caminhões carregados entrando na rua de baixo sem parar, por ausência de fiscalização e placas. Considerou que a obra não exigiria grande dispêndio. Pediu a aprovação dos colegas e devolveu a palavra ao Senhor Presidente. Continuando em discussão a referida Indicação e não havendo quem dela discordasse, **foi colocada em votação, sendo a Indicação nº 005/2026 aprovada por unanimidade de votos**. Prosseguindo, procedeu-se à leitura do **Requerimento de Informação nº 003/2026**, de autoria do Vereador Aldacir Manfron, solicitando ao Poder Executivo Municipal as seguintes informações: quantos servidores ocupam atualmente cargos em comissão no âmbito da administração pública municipal, posição em julho de 2026; a relação de todos os ocupantes de cargos em comissão, indicando a secretaria, o órgão vinculado, o local de lotação e efetivo exercício e o cargo em comissão ocupado; e o valor total despendido pelo município com os cargos em comissão durante o exercício de 2026, discriminado mês a mês. O requerimento fundamenta-se no exercício da função

constitucional de fiscalização atribuída ao Poder Legislativo Municipal. O Requerimento será encaminhado ao Poder Executivo nos termos do Regimento Interno e da Lei de Acesso à Informação. Dando continuidade, procedeu-se à leitura do **Requerimento de Informação nº 004/2026**, de autoria do Vereador Aldacir Manfron, solicitando ao Poder Executivo Municipal informações acerca do projeto de melhorias do campo do Esporte Clube Internacional: cópia integral do projeto elaborado para execução das obras, incluindo planta e mapa; a situação atual da emenda parlamentar destinada ao investimento no referido local; o atual estágio de andamento do projeto, esclarecendo as providências já adotadas e as pendentes; e o cronograma previsto para execução do empreendimento, com indicação da previsão de conclusão. O Requerimento será encaminhado ao Poder Executivo nos termos do Regimento Interno e da Lei de Acesso à Informação. Sem mais matérias na Ordem do Dia, o Presidente abriu espaço para proposições verbais, contudo, não houve manifestações. Solicitou então as inscrições para o **Grande Expediente**. Concedida inicialmente a palavra à **Vereadora Brida**, que cumprimentou o Presidente, os colegas vereadores e a população que assiste pela transmissão. Utilizou o espaço para prestar esclarecimentos sobre a prestação de contas referente aos recursos destinados à castração de animais, matéria que havia sido mencionada pelo Vereador Cláudio na sessão anterior. Informou que entregou ao Presidente, dias após a sessão, um ofício com a prestação de contas, a mesma que foi encaminhada ao Poder Executivo. Esclareceu que com os recursos foram realizadas vinte e sete castrações de cães e gatos, todos fêmeas, e quatro procedimentos veterinários adicionais, pois nem sempre os animais chegam em condições saudáveis para a castração imediata, sendo necessário internação, medicação e terapia intravenosa. Informou que todos os recibos de transferências e pagamentos foram entregues ao Presidente, incluindo os pagamentos à clínica veterinária Bichos e Caprichos, de São José do Ouro, prestadora dos serviços. Disponibilizou-se para apresentar a documentação a qualquer pessoa que desejar consultar. Destacou que o trabalho da associação é honesto e voluntário, muitas vezes custeado com recursos próprios dos membros. Aproveitou para informar que os recursos do Fundo de Bem-Estar Animal, no valor de R$ 30.000,00, destinados a municípios de até dez mil habitantes, ainda não foram depositados, assim como a emenda parlamentar do Deputado Alceu Moreira e do Deputado Luciano Silveira. Informou que, assim que os recursos forem recebidos, serão iniciados os procedimentos cirúrgicos conforme as listas já organizadas. Esclareceu que os R$ 30.000,00 que serão repassados à Secretaria de Agricultura envolverão, além da castração, a microchipagem dos animais, para que o Estado tenha controle dos procedimentos realizados. Por fim, solicitou que a população não propague informações sem confirmação, que tire as dúvidas diretamente com a vereadora, e reiterou que toda prestação de contas está à disposição. Agradeceu e devolveu a palavra ao Senhor Presidente. Prosseguindo, foi a vez da **Vereadora Lenir Nunes**, que cumprimentou o Presidente, os colegas vereadores, os funcionários da Casa e a população que acompanha pelas redes sociais. Inicialmente, registrou que, no dia seguinte à sessão anterior, ou seja, no dia 8 de julho, a Senhora Milena, representante da RGE, esteve presente na Sala de Reuniões do Executivo Municipal para reunião com o Legislativo e o Executivo. Agradeceram a presença da Senhora Milena, do Prefeito Municipal e dos vereadores que participaram. A Vereadora destacou que a reunião foi proveitosa, pois a representante trouxe informações sobre soluções já implementadas no município que os vereadores desconheciam, inclusive sobre o atendimento à família indígena da reserva, inclusive uma criança que permanecera alojada no hospital municipal. A Senhora Milena encaminhou, na mesma tarde, um posicionamento ao Presidente do Legislativo e ao Prefeito Municipal, informando que há obra programada para instalação de mais um transformador no Bairro Planalto, com nota em andamento e previsão para final de agosto, conforme o protocolo nº 877345861, sendo que também será renovado o cabeamento, o que deverá resolver o problema das quedas e faltas de energia. A Vereadora Lenir parabenizou os seis formandos do Programa Alfabetiza Brasil, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação e a Administração Municipal, pois esses formandos tiveram a oportunidade de concluir os estudos que anteriormente não haviam conseguido. Agradeceu o convite e parabenizou todos os formandos. Parabenizou também os formandos que participaram da solenidade realizada no dia 13 de julho de 2026 em Sananduva, dos jovens e adolescentes do município. Agradeceu aos pais, aos familiares e especialmente ao Professor Beto, que desenvolve um belo trabalho com os jovens e adolescentes do município, bem como à Secretaria de Educação e à Administração pela parceria. Por fim, fez um

agradecimento especial em nome de toda a equipe da Unidade Básica de Saúde do Centro, ao Prefeito Municipal e também à Vereadora Sidnei, que já havia se retirado, pela emenda parlamentar destinada à aquisição de um veículo para aquela unidade. Parabenizou toda a equipe e destacou que a conquista é de todos, pois a Vereadora Lenir também havia feito a indicação no ano anterior, juntamente com a Enfermeira Sara e todos os funcionários da unidade. Esclareceu que o veículo beneficiará a população, proporcionando um trabalho mais ágil, especialmente para as pessoas que não têm condições de se deslocar até a unidade. Recordou que, quando os vereadores vão a Brasília buscar emendas, não buscam para si próprios, mas sim para a população. Parabenizou novamente a equipe e a população, que terá a ganhar com essa conquista. Devolveu a palavra ao Senhor Presidente. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao **Vereador Eder Pasinato**, que cumprimentou o Presidente, os colegas vereadores, os funcionários da Casa e as pessoas que assistem pela transmissão. Comentou sobre os dois projetos aprovados, destacando a importância do Projeto de Lei nº 035/2026, referente à APAE de Sananduva, pois as crianças que recebem atendimento na entidade já conhecem até os motoristas que fazem o transporte. Ressaltou também a importância do Projeto de Lei nº 034/2026, que beneficiará o pequeno produtor rural do município. Aproveitou a oportunidade para parabenizar duas classes importantes para o município: o Colono e o Motorista, cujo dia é comemorado em 25 de julho. Estendeu os cumprimentos aos colonos caciquenses, aos motoristas e especialmente à equipe de motoristas da Secretaria de Saúde, que diariamente se deslocam para Passo Fundo. Encerrou sua fala e devolveu a palavra ao Senhor Presidente. A seguir, o **Vereador Cláudio passou a presidência e pediu a palavra**, iniciando cumprimentando a Presidente em exercício, os colegas vereadores, o público e os funcionários da Câmara. Inicialmente, fez a leitura de um ofício recebido da Associação Casquense de Amparo aos Animais — ACAR, em resposta às manifestações realizadas na sessão anterior, quando o Vereador havia comentado sobre o caso de seu cão, que havia sido denunciado injustamente. Agradeceu à Vereadora Brida pela prestação de contas apresentada, esclarecendo que sua intenção ao solicitar o relatório foi evitar que fossem propagadas informações inverídicas na comunidade. Informou que deixaria o relatório à disposição na Câmara de Vereadores para consulta de qualquer interessado. Procedeu-se à leitura do Ofício nº 02/2026, da ACAR, assinado pela Presidente da entidade, no qual a entidade esclarece que não formulou qualquer denúncia acerca do fato mencionado pelo Vereador, tampouco autorizou qualquer de seus membros ou representantes a fazê-lo em seu nome, informando que a reclamação foi apresentada por terceiros em caráter estritamente particular. O ofício esclarece ainda que a prestação de contas foi apresentada tempestivamente ao Poder Executivo, na forma e no prazo legalmente estabelecidos, acompanhada de toda a documentação exigida, encontrando-se submetida a procedimentos administrativos próprios de análise pelos órgãos competentes, sem qualquer apontamento de irregularidade até o presente momento. Após a leitura do ofício, o Vereador Cláudio manifestou-se esclarecendo que não mencionou o nome da associação em sua fala na sessão anterior, tendo apenas se referido a "pessoas responsáveis pela defesa dos animais" que denunciaram o seu cão. Afirmou que a Presidente da ACAR está equivocada ao afirmar que ele citou o nome da associação, e que tal afirmação pode ser verificada na gravação da sessão. Esclareceu que o maior órgão competente para fiscalizar a aplicação de recursos públicos é a Câmara de Vereadores, e que os vereadores têm o poder de fiscalização, não necessitando de autorização para ingressar em órgãos municipais. Quanto à prestação de contas, reiterou que a trouxe de boa vontade para leitura em Plenário, considerando importante que a população tenha conhecimento, e deixou registrado o equívoco da Presidente da ACAR ao afirmar que ele citou o nome da entidade. Solicitou que a mesma reveja suas atitudes para não prejudicar sua pessoa, lembrando que falou como vereador e não como Cláudio Fortuna, citando o caso de seu animal apenas a título de exemplo. Em seguida, o Vereador Cláudio abordou a terceirização do serviço de recolhimento de lixo pelo município, fato que tomou conhecimento na semana. Recordou que há poucos meses a Câmara aprovou um projeto de lei que aumenta o imposto sobre o recolhimento de lixo, cuja cobrança terá início e se estenderá até aproximadamente até 2030, praticamente dobrando o valor atual. Esclareceu que a justificativa do projeto era verídica, pois o Ministério Público havia expedido orientação aos Poderes Executivo e Legislativo em razão dos valores cobrados dos contribuintes. Questionou os vereadores sobre a terceirização, que custará R$ 25.000,00 por mês, totalizando R$ 300.000,00 ao ano, valor este destinado apenas ao recolhimento, sem incluir o que já é pago a São José do Ouro para a

finalização e descarte. Indagou se o Ministério Público não notificará novamente o município, considerando que a correção da tarifa foi feita sem a inclusão desse novo gasto. Informou que a empresa vencedora da licitação é sediada em Porto Alegre. Questionou o motivo de o Poder Executivo não ter dialogado com os vereadores antes de tomar a decisão, e levantou preocupação quanto aos funcionários municipais atualmente responsáveis pelo recolhimento de lixo, que foram aprovados em concurso público, indagando sobre o que farão esses servidores, já que continuarão sendo remunerados pela prefeitura. Considerou que o gasto anterior com os funcionários e o combustível não chega à metade do que será pago à empresa terceirizada. Afirmou que o município é carente de recursos em diversas áreas e que ficará atento ao desenrolar da situação. Aproveitando a oportunidade, o Vereador Cláudio parabenizou o Dia do Colono e do Motorista, destacando que essas duas classes movimentam o Brasil. Manifestou preocupação com a situação da agricultura, citando os preços baixos dos produtos, as intempéries climáticas que têm destruído lavouras e levado embora a adubação, e o sofrimento dos colonos, especialmente daqueles que estão iniciando suas atividades com os poucos recursos deixados por seus pais. Mencionou o programa do governo para alongamento de dívidas, que, embora não tenha sido exatamente como esperado, abriu uma brecha para a renegociação. Informou que esteve conversando com instituições financeiras e que ainda não há definição sobre como os bancos procederão. Finalizou deixando seus cumprimentos à classe trabalhadora e guerreira. Devolveu a palavra à Presidente em exercício e reassumiu a Presidência. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao **Vereador Aldacir Manfron**, que cumprimentou o Presidente, os colegas vereadores, o público que acompanha pela transmissão e os funcionários da Casa. Inicialmente, registrou que ficou com uma dúvida em relação ao Projeto de Lei nº 034/2026, por não constar valores no texto, embora tenha sido adequado conforme a disponibilidade do município. Considerou o projeto legal, importante e excelente, beneficiando todos os agricultores, e que se tivesse um valor estaria servindo de referência. Sobre os pedidos de informação que apresentou, informou que está aguardando a resposta da Administração para conversar sobre os temas em uma próxima sessão, pois muitas pessoas questionam o andamento das obras e o motivo da demora. Espera colaborar com a Administração por meio das duas indicações apresentadas, destacando que a safra se aproxima e os caminhões farão o desvio pela região. Relatou que moradores próximos à Avenida têm observado caminhões carregados subindo a Avenida Guarani e a Avenida Kaingang, danificando o asfalto. Mencionou que antigamente havia tubos e uma elevação no local, que foram retirados, e sugeriu a colocação de uma sinalização maior no desvio para evitar que caminhões carregados transitam por essas vias. Considerou que uma sinalização agora evitaria um investimento muito maior futuramente com reparos no asfalto. Sobre a questão dos materiais degradáveis, esclareceu que a demanda não é recente, pois a população frequentemente questiona onde descartar sobras de móveis, pias e sofás. Reconheceu que o município não tem obrigação de recolher esses materiais, mas considerou que, se houver uma área destinada ao descarte, o próprio cidadão pode levar os resíduos, sem necessidade de a Administração destinar veículos e funcionários para o recolhimento. Alertou para a importância de conscientizar a população de que o local se destina apenas a materiais degradáveis, não a plásticos, metais ou eletrônicos. Aproveitou para fazer um comentário dirigido à Secretaria de Agricultura, relatando que muitos produtores têm excesso de produção cítrica e questionam a possibilidade de o município disponibilizar um caminhão para o recolhimento em bags e transporte a uma cooperativa de suco. Esclareceu não saber se a iniciativa é viável, mas deixou a sugestão para a Secretaria de Agricultura avaliar. Por fim, prestou uma homenagem ao Colono e ao Motorista, deixando uma mensagem de reconhecimento e admiração: ao agricultor, que enfrenta o sol, a chuva, o cansaço e a insegurança ao plantar, colher e vender seus produtos, que espera a cada colheita que seu trabalho seja reconhecido, e que produz o pão de cada dia que vai à mesa de todo brasileiro; e ao motorista, que com dedicação e esforço transporta tudo que é produzido, cortando estradas de sul a norte, faz do seu caminhão sua casa e vive na estrada para tirar o seu sustento. Encerrou com um abraço a todos os caciquenses e devolveu a palavra ao Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Vereador Cláudio Paulo Fortuna, invocando a proteção de Deus, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária, convocando os nobres vereadores para a próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia 4 de agosto de dois mil e vinte e seis, às 19 horas, na Sala de Sessões Armando Biavatti. Eu, Juliano de Mattos Salles, Oficial Legislativo, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores.